



GÊNERO E SEXUALIDADE: PERSPECTIVAS DE INCLUSÃO PARA O DIÁLOGO NA EDUCAÇÃO CRISTÃ.

Luiz dos Santos Mattos Júnior¹

Orientador: Marcelo Henrique Gonçalves de Miranda²

Eu queria uma escola que lhes ensinasse a pensar, a raciocinar, a procurar soluções.

Eu queria uma escola que ensinasse vocês a conviver, a cooperar, a respeitar, a saber, viver numa comunidade, em união.

Que vocês aprendessem a transformar e criar.

Que lhes desse múltiplos meios de vocês expressarem cada sentimento, cada drama, cada emoção.

Carlos Drummond de Andrade³

Este pequeno artigo nasce da relevância e do desejo de que a educação, dentro da perspectiva cristã seja um espaço de formação e transformação social na discussão sobre “gênero⁴, sexualidade⁵, diversidade⁶ e suas identidades⁷” tendo em vista o seu caráter

¹ Luiz dos Santos Mattos Júnior é pernambucano da cidade de Caruaru. Há mais de 20 anos vem deixando sua marca no mercado educacional, seja como professor, coordenador pedagógico ou gestor. Graduado em Ciências Sociais (2000) e especialista em Coordenação Pedagógica, Gestão Escolar, Ensino de História e mestrando em Educação Contemporânea pela Universidade Federal de Pernambuco (Centro Acadêmico do Agreste), também enriqueceu o seu currículo e seu desenvolvimento humano enquanto estudou Filosofia e Teologia, no Seminário Diocesano de Caruaru. Com uma linha humanista pós-estruturalista busca desenvolver e sensibilizar aspectos e temas que contribuam para a formação integral da pessoa humana, oferecendo-lhe possibilidades de assumir o protagonismo na construção de uma sociedade sadia e emocionalmente equilibrada, levando em consideração aspectos como responsabilidade, verdade, ética e compromisso com o próximo e com o ecossistema. Atualmente é gestor escolar do Colégio Franciscano Santa Maria dos Anjos - Casa da Criança. E-mail: mattos.junior@ufpe.br

² Doutor em Sociologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2013). Atualmente, é professor adjunto da Universidade Federal de Pernambuco, no Núcleo de Formação Docente (NFD), Campus do Agreste (CAA/UFPE). Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação Contemporânea (PPGEDUC/UFPE) e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos (PPGDH/UFPE). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq: Processos de Subjetivação, Educação, Gênero e Sexualidade/UFPE; vice-líder do Grupo de Pesquisa CNPq: DIVERSIONES - Direitos Humanos, Poder e Cultura em Gênero e Sexualidade. UFPE; membro do Grupo de Pesquisa CNPq: Religiosidades, Educação, Memórias e Sexualidades; e membro do Grupo de Trabalho de Elaboração de Propostas de Políticas de Prevenção à LGBTfobia da UFPE. Coordenador do Eixo Temático 06: Gênero, Sexualidade e Educação no Encontro de Pesquisa Educacional em Pernambuco (EPEPE). Desenvolve pesquisas com as temáticas: Gênero, Sexualidade, Direitos Humanos e suas relações com Políticas Educacionais, Sociologia da Educação, Interculturalidade e Interseccionalidades. E-mail: marcelo.gmiranda@ufpe.br

³ Poema atribuído a Carlos Drummond de Andrade, ainda que em sua página nada consta. Disponível em: <https://www.folhavoria.com.br/geral/blogs/educacaoempreendedorismo/2014/08/27/deus-que-livre-voces-de-um-professor-incompetente/>. Acesso em 11 de maio de 2022.

⁴ Vale ressaltar que o gênero não só se constitui sobre corpos sexuados, mas também na construção social e histórica construída no dia a dia a partir de características biológicas e de como são definidos seus papéis na sociedade.

⁵ Sexualidade: A contrassexualidade é também uma teoria do corpo que se situa fora das oposições homem/mulher, masculino/ feminino, heterossexualidade/homossexualidade. Ela define a sexualidade como

religioso e doutrinário do amor, do respeito e da inclusão. A sexualidade sempre foi um tema tabu para a Igreja se seus membros ou pelo menos aquelas sexualidades que distorciam da normatividade heterossexual. Aqui ressalto que o entendimento sobre sexualidade na reflexão de Rosângela de Araújo Lima:

Falar de sexualidade humana é mergulhar nas verdades constituídas pela *racionalidade instrumental* da modernidade a qual concebe o indivíduo como possuidor de um núcleo adquirido ao nascer, e que permanece ao longo de sua existência, essencialmente o mesmo, constituindo-se das capacidades da razão. Este é um indivíduo unificado interiormente e ao núcleo racional, permanente e estável, denomina-se identidade. Cada indivíduo apresenta-a de forma constante, estável e fixa por toda a sua vida. É soberano no seu pensamento, consciente e situa-se no centro do conhecimento, o que conduz à máxima de René Descarte: “Penso, logo existo” (LIMA, 2013, p. 1).

Embora nos últimos anos o “discurso cristão” tenha sido tomado por alguns como discurso de ódio, de exclusão e de afirmação de uma heterossexualidade normativa, machista e dominante. Visto os inúmeros projetos de leis em tramitação nas diferentes instâncias do legislativo pautada por membros e figuras da comunidade cristã católica a fim de barrar os avanços e as conquistas da comunidade LGBTQ+. Com o objetivo de definirem formas de como o ser humano deve viver sua sexualidade segundo os padrões e a moral cristã católica, levando em consideração as identidades “normais e biológicas” como naturais e as outras como “anormais” ou fora da moral e da vivência cristã da sexualidade. É nesse sentido que Maria das Dores Campos Machado, em seu artigo, na revista estudos feministas sobre “O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero””, afirma:

Ou seja, trata-se de uma disputa sobre significados em que os atores da esfera religiosa se apropriam de determinadas ideias do campo científico para defender a concepção que atrela a verdade à crença em Deus e da autoridade moral aos sacerdotes, pastores e demais lideranças do cristianismo para definir as normas sociais e legais da sociedade (MACHADO, 2018, p. 1).

tecnologia, e considera que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados "homem", "mulher", "homossexual", "heterossexual", "transexual", bem como suas práticas e identidades sexuais, não passam de máquinas, produtos, instrumentos, aparelhos, truques, próteses, redes, aplicações, programas, conexões, fluxos de energia e de informação, interrupções e interruptores, chaves equipamentos, formatos, acidentes, detritos, mecanismos, usos, desvios ... (PRECIADO, PP. 22 – 23).

⁶ La diversidad sexual abre la posibilidad que tiene el sujeto de expresar y vivir su sexualidad, alejándose de la heteronormatividad impuesta por la cultura, que delimita perfectamente las posibilidades de ser hombres o mujeres en correspondencia con el sexo biológico; por lo que, como comprende Weeks (2000), la diversidad sexual es la toma de distancia frente al referente normativo de la heterosexualidad (RAMIRÉZ Y LOPEZ, 2021, p. 11).

⁷ Identidades: pela identidade de gênero os sujeitos se identificam social e historicamente, como masculinos ou femininos. Diferenciando-se assim da identidade sexual, que se constitui a partir de como se vive a sexualidade. Porém essas identidades estão altamente inter-relacionadas.

Muitas têm sido as investidas por parte de setores conservadores envolvendo os campos religiosos (católicos / evangélicos) e políticos na tentativa de produção de políticas educacionais que impeçam a abordagem da temática de gênero, sexualidade e diversidade por parte das escolas e dos projetos públicos, produzindo em nossa sociedade o que Amanda André de Mendonça (2018), vem chamar de medos sociais e pânico moral⁸, levando a uma iniciativa de exercer o controle do currículo da educação básica.

Para ajudar nessa investida, no ano de 2003, nasce a famigerada (no sentido pejorativo da palavra) fundação do Movimento Escola sem Partido, que com o slogan de pais preocupados com a político- ideologização da educação, tentam defender e proteger seus filhos e filhas, apoiados em alas das Igreja Católica e Evangélicas (neopentecostais) extremamente conservadoras. Porém sua notoriedade a nível nacional acontece com a apresentação do projeto de Lei nº 2974 de 2014, a pedido do então deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC), com o intuito de promover a soberania da família (tradicional e conservadora), onde pressupõe ao estudante o direito de auto educar-se criando uma visão de mundo autônoma e uma outra ideia de uma “neutralidade” dos projetos pedagógicos, dos professores e dos currículos, como se assim fosse possível. Mais a frente abordarei brevemente sobre as intencionalidades de um currículo. “Educar” não é “ideologizar”, palavras proferidas pelo senhor Antonio Augusto Duarte, bispo auxiliar da cidade do Rio de Janeiro que entra em total consonância com os ideais do MESP e sua difusão:

Essa ideologização da educação acaba oferecendo aos futuros construtores da civilização brasileira e da cultura do povo mais acolhedor do mundo, a oportunidade de “monopolizarem” os três alicerces fundamentais da sociedade: a sexualidade humana, a família e os valores éticos. A ideologia do gênero é tão perniciososa, que não atrai nem convence as pessoas bem-educadas, e por isso mesmo, só pode ser implantada de forma totalitária. Trata-se, em definitiva, da ditadura do relativismo, tão de moda numa sociedade e numa cultura, que se auto intitulam democráticas. A educação não deve –não pode –ser entregue nas mãos desses “pseudo-mestres” de “verdade geradas” na penumbra das ideias e das opiniões tão alheias à dignidade da inteligência e da liberdade humana” (DUARTE, ARQUIDIOCESE DO RIO DE JANEIRO, 2014 apud Mendonça, p. 110).

A importância do estudo de gênero e diversidade na educação cristã deve formar e romper com todos os tipos de diferenças, pensando e instruindo docentes, discentes e familiares na dignidade e justiça. Se todos e todas somos a imagem e semelhança de Deus como nos ensina a doutrina cristã, as diferenças existentes entre os membros desse grupo

⁸ Pânico Moral é um conceito cunhado por Stanley Cohen (1972) para definir a reação de um grupo de pessoas baseada na percepção falsa ou empolada de que o comportamento de um determinado grupo, normalmente uma minoria ou uma subcultura, é perigoso e representa uma ameaça para a sociedade no seu todo (MOURA e SALLES, 2018, p. 137).

devem ser encaradas como os vários detalhes da imagem de Deus, no contrário, estaremos colocando em julgamento a visão da imagem transmitida por Jesus sobre Deus.

Fidel Maurício Ramírez e Maricel Mena López, em seu texto sobre a “Espiritualidad y diversidad sexual, desafíos para una pastoral LGBTI+” nos diz:

Algunos discursos eclesiales y sociales han creado una disyuntiva entre ser una persona con orientación sexual o identidad de género diversa y la posibilidad de la vivencia de la espiritualidad cristiana; sin embargo, la realidad eclesial evidencia que muchas personas LGBT+ profesan la fe cristiana y encarnan en su propia vida los valores del Evangelio; realidad a la que no es indiferente el Papa Francisco como se puede ver en la ya mencionada frase “Si una persona es gay y busca al Señor y tiene buena voluntad, ¿quién soy yo para juzgarla? (RAMÍREZ y LOPES, 2021, p. 4).

As instituições escolares de confissão católica ainda teimam ou pelo menos algumas em tratar os temas gênero, sexualidade e diversidade como ideologia, porém, a quantidade de pesquisa científica produzida em torno desses temas comprovam e afirmam que não se trata mais de um ideário, mas de uma realidade onde a escola como promotora social está inserida. Infelizmente ainda vivemos uma educação dicotômica, que reforça os ideários binários (homem – mulher, heterossexualidade – homossexualidade, bem – mal, conhecimento – ignorância), e uma das funções da educação deveria ser encaminhar-nos para a superação e a desconstrução dos pares binários. Desconstruir, aqui deve ser entendida, na perspectiva reflexiva de Judith Butler, quando nos afirma:

Tomar a construção do sujeito como uma problemática política não é a mesma coisa que acabar com o sujeito; desconstruir o sujeito não é negar ou jogar fora o conceito; ao contrário, a desconstrução implica somente que suspendemos todos os compromissos com aquilo a que o termo “o sujeito” se refere, e que examinamos as funções lingüísticas a que ele serve na consolidação e ocultamento da autoridade. Desconstruir não é negar ou descartar, mas pôr em questão e, o que talvez seja mais importante, abrir um termo, como sujeito, a uma reutilização e uma redistribuição que anteriormente não estavam autorizadas (BUTLER, 1998, p. 34).

A escola sempre foi mestra em separar, excluir, escolher, segregar, como nos afirma a pesquisadora Guacira Lopes Louro em sua análise sobre a construção escolar das diferenças:

Diferenças, distinções, desigualdades... A escola entende disso. Na verdade a escola produz isso. Desde seus inícios, a instituição escolar exerceu uma ação distintiva. Ela se incumbiu de separar os sujeitos – tornando aqueles que nela entravam distintos dos outros, os que a ela não tinham acesso. Ela dividiu também, internamente, os que lá já estavam, através de múltiplos mecanismos de



classificação, ordenamento, hierarquização. A escola que nos foi legada pela sociedade ocidental moderna começou a separar adultos de crianças, católicos de protestantes. Ela também se fez diferente para os ricos e para os pobres e ela imediatamente separou meninos das meninas (LOURO, 1997, p. 57).

A escola sempre seguiu padrões uniformes a fim de escolarizar corpos e mentes segundo seus costumes e crenças numa verdade absoluta. Desde cedo delimitou espaços, formulou ações para o agir humano e no caso da escola católica usou e usa de simbologias e padrões ideais de perfeição inatingível como exemplos a serem seguindo na busca de uma vida ética e santa, negando assim toda possibilidade de sexualização e erotização de seus alunos. O processo pedagógico foi sendo usado para reafirmar condutas morais heteronormativas, onde se expulsa todas as questões referentes a gênero, sexualidade, diversidade e identidade. Em seus estudos sobre a pedagogização do gênero na escola o doutorando Filipe Antônio Ferreira da Silva nos revela:

O ambiente escolar desde o século XVIII, segundo Foucault (2019), foi produzido, planejado e executado para manter os corpos das crianças longe das perguntas, dos interesses e dos desejos sobre sexo, dos papéis de gênero e da sexualidade. A forma como a escola é planejada, onde há semelhanças com as prisões – onde possuem uma única porta de entrada, buracos nos muros, cadeiras enfileiradas, vigilância constante, separação por sexo/gênero desde a criação de disciplinas que regularizam e autorizam um único caminho possível para a verdade. Todo o território escolar legitima e silencia o sexo e a sexualidade (SILVA, 2021, p.68).

Parece que é tudo natural à medida de como vão sendo construídos esses espaços escolares. Mas é puramente intencional. Todo projeto pedagógico traz uma intencionalidade, uma realidade a ser colocada em prática revelando a cada sujeito o seu devido lugar na sociedade. A escola ao mesmo tempo em que ensina, enfaixa e molda, corroborando com a reprodução do contexto histórico social por ela defendido. Essa escolarização de corpos e mentes acontece na prática de mecanismos predefinidos na sociedade como aceitáveis e moralmente corretos. Como por exemplo o que é próprio da natureza masculina e da natureza feminina dando-se neste contexto a origem das diferenças, do sexismo⁹ e da homofobia¹⁰. É a esse processo que Louro vai definir como “fabricação do sujeito”:

⁹ Discriminação em relação às pessoas de outro sexo, notadamente do outro gênero social, legitimando a violência contra as mulheres e todos aqueles que, em determinadas circunstâncias, são reconhecidos como tendo uma posição feminilizada. Mantido por um pensamento essencialista (SMIGAY, 2002, p. 35).

¹⁰ Homofobia é a discriminação (e demais violências daí decorrentes) contra pessoas em função de sua orientação sexual e/ ou identidade de gênero. Hoje em dia, **atos homofóbicos são considerados crimes no Brasil**. Como não existe uma lei que criminalize esses atos, em 2019 o Supremo Tribunal Federal julgou um processo que decidiu que a homofobia deve ser julgada como crime. No julgamento foi proposto que a homofobia e a transfobia (preconceito contra pessoas transexuais) fossem equiparadas ao crime de racismo.



O processo de “fabricação” dos sujeitos é continuado e geralmente muito sutil, quase imperceptível. Antes de tentar percebê-lo pela leitura das leis ou dos decretos que instalam e regulam as instituições ou percebê-lo nos solenes discursos das autoridades (embora todas essas instâncias também façam sentido), nosso olhar deve se voltar especialmente para as práticas cotidianas em que se envolve todos os sujeitos. São, pois, as práticas rotineiras e comuns, os gestos e as palavras banalizados que precisam se tornar alvos de atenção renovada, de questionamento e, em especial, de desconfiança. A tarefa mais urgente talvez seja exatamente essa: desconfiar do que é tomado como “natural” (LOURO, 1997, p. 63).

Não é natural a separação de meninos e meninas na escola, seja nas salas de aula ou em grupos de trabalhos como nos interpela Louro. Nem tão pouco que a escolha de brinquedos ou aparatos esportivos esteja ligada ao sexo.

Al cuestionar la naturalización del sexo como algo completamente biológico, se abre la discusión con respecto a las relaciones de poder que son representadas en los discursos sobre los sexos y, por ende, sobre las dinámicas heteronormativas que rigen la vida social. Al mismo tiempo, cuando los teóricos Queer denuncian la lógica que soporta los sistemas de sexo/género, señalan que la heteronormatividad se ofrece como un modelo constante que refuerza el sistema binario (RAMIRÉZ y LOPES, 2021, p. 13.)

Nesse aspecto vislumbramos um contexto de desigualdades culturais e de sexo onde está inserida a sociedade brasileira numa tentativa de posicionar a educação como um dos pilares de fortalecimento dos diversos laços sociais.

Por todas essas razões, seria pertinente, antes de tudo, indagar sobre os significados que, neste momento e nesta cultura, estão sendo atribuídos a uma dada aparência corporal; seria importante indagar sobre os processos históricos e culturais que possibilitaram que determinadas características se tomassem tão especiais; sobre os processos que permitiram, finalmente, que certas características passassem a “valer mais” do que outras. Porque, no fundo, é disso que se trata: não é possível ignorar que no processo de atribuição de identidades (e, ao mesmo tempo, de atribuição de diferenças) está em ação um jogo de poder. As identidades, constituídas no contexto da cultura, produzem-se em meio a disputas, supõem classificações, ordenamentos, hierarquias; elas estão sempre implicadas num processo de diferenciação (LOURO, 2000, pp. 62 – 63).

É a partir desse sexismo culturalmente institucionalizado em nossa sociedade e consequentemente em nossas escolas cristãs que vai se dando e alimentando a homofobia. É

Agora esses crimes devem ser julgados pela Lei do Racismo (lei nº 7.716/1989) e a homofobia pode ser condenada com até **5 anos de prisão**.

necessário rever a nossa postura pedagógica, pois como nos orienta Junqueira (2013), o termo homofobia tem sido utilizado somente como um conjunto de emoções negativas, sem levarmos em consideração que a homofobia é um fenômeno social, de violência e exclusão de qualquer ser que transgrida as normas heteronormativas.

A superação desse discurso deveria ser algo eminente as instituições religiosas de ensino por causa da vocação ao amor, ao acolhimento do próximo e da ação evangelizadora. O Papa Francisco (2013, p. 88) em sua exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, chama a atenção dos cristãos católicos afirmando que “Na sua encarnação, o Filho de Deus convidou-nos à revolução da ternura”. Os questionamentos levantados em torno desse campo, precisam de amadurecimento e de perguntas que ajudem a todos e todas irem além da ingenuidade e dicotomização da problemática. A escola católica terá de ter uma visão desafiadoramente aberta nas relações de gênero, sexualidade e diversidade. Enquanto o pontífice conclama os cristãos católicos a uma maior abertura e acolhimento, alguns desses mesmos teimam em seguir na contramão dos seus ensinamentos.

Nos confronta Louro:

Estado, igreja, ciência - instituições que, tradicionalmente, participavam da sua definição e da delimitação de padrões de normalidade, pureza ou sanidade - concorrem hoje com outras instâncias e grupos organizados que pretendem também decidir a respeito dos contornos da sexualidade. Já não se trata, apenas, de campos teóricos ou instituições sociais tradicionais disputando a primazia para delimitar os saberes pertinentes e as práticas adequadas ou legítimas; ao seu lado, geralmente como contraponto e oposição, expressam-se novos movimentos sociais, liderados por feministas e por "minorias" sexuais, com outras concepções, novos discursos e outra ética (LOURO, 2000, p. 64).

Outro ponto muito “normal” nas instituições de ensino ao menos no ponto de vista da heteronormatividade se refere à linguagem e a capacidade pedagógica gramatical de esconder em suas locuções o gênero dos alunos e alunas. Não dar para aceitar como “normal” o uso do substantivo masculino como única expressão que inclua a todos os gêneros. É preciso revisar, reconstruir e se deixar permitir as diversas possibilidades de inclusão do gênero e da diversidade nos processos de ensino, nos currículos, nos materiais didáticos e na formação intelectual e emocional dos docentes. É fundamental rever e questionar não só o que é ensinado mas, sobretudo a forma como se é ensinado a modo de respeitar o processo de aprendizagem de cada sujeito. Segundo Berenice Bento podemos pensar:

Para se compreenderem os motivos que fazem da escola um espaço destinado, fundamentalmente, a reproduzir os valores hegemônicos, é necessário sair desse



espaço, ampliar nosso olhar para a própria forma como a sociedade produz as verdades sobre o que deve ser reproduzido, quais os comportamentos de gênero sancionados e por que outros são silenciados e invisibilizados, qual a sexualidade construída como “normal” e como gênero e sexualidade se articulam na reprodução social. Essas questões não podem ser respondidas exclusivamente nos limites da escola. Há um projeto social, uma engenharia de produção de corpos normais, que extrapola os muros da escola, mas que encontrará nesse espaço um terreno fértil de disseminação (BENTO, 2011, pp. 555 – 556).

Há uma urgência na superação das diferenças nas relações de poder estabelecidas a partir do substantivo masculino nas escolas. Sobre a questão da linguagem como fixante das diferenças Denise Portinari (1989, p. 18) diz: “A linguagem é um turbilhão e nos usa muito mais do que nós usamos. Ela nos carrega, molda, fixa, modifica, esmaga (seria talvez a depressão: sou esmagada pela palavra) e ressuscita (não há a “palavra de salvação”?).

Pode-se parecer até algo sem implicações, mas é a linguagem e o uso de seu discurso que exclui, mesmo que aparentemente inconsciente. Fica evidente a forma sexista de tratamento, validando assim a autoridade masculina sobre a feminina. Segundo Michel Foucault (1969), filósofo francês, que aborda em sua teoria a relação entre poder e conhecimento e como estas são usadas como forma de controle social, em suas reflexões sobre a análise do discurso nos revela que é na prática social que se dá a conceituação do discurso e sua manutenção, sendo produzido em razão das relações de poder, Rosa Maria Bueno Fisher nos apresenta esse pensamento em seu artigo “Foucault e a Análise do Discurso em Educação”, parafraseando o filósofo:

...gostaria de mostrar que o discurso não é uma estreita superfície de contato, ou de confronto, entre uma realidade e uma língua, o intrincamento entre um léxico e uma experiência; gostaria de mostrar, por meio de exemplos precisos, que, analisando os próprios discursos, vemos se desfazerem os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas, e destacar-se um conjunto de regras, próprias da prática discursiva. (...) não mais tratar os discursos como conjunto de signos (elementos significantes que remetem a conteúdos ou a representações), mas como práticas que formam sistematicamente os objetos de que falam. Certamente os discursos são feitos de signos; mas o que fazem é mais que utilizar esses signos para designar coisas. É esse mais que os torna irredutíveis à língua e ao ato da fala. É esse mais que é preciso fazer aparecer e que é preciso descrever (Foucault apud FISHER, 2001, p. 1998)

O processo de ocultamento está bem presente na língua portuguesa quando a linguagem formal permite a ambiguidade de expressões genéricas para que todos os gêneros

sintam-se incluídos em seus processos. Sobre a urgência dos desafios dos professores e professoras com a ressignificação da linguagem Silva escreve:

Numa posição política e urgente de (re)significar as práticas pedagógicas nas escolas, os/as professores/as são desafiados a descobrir outras possibilidades de existência de corpos, (pós)identidades e comportamentos na qual não tiveram contato ou lhes foi negado que existisse. Uma das principais batalhas dos professores/as é (re)significar a linguagem na escola (SILVA, 2021, p. 73).

A educação cristã católica não pode se eximir do seu papel e da sua responsabilidade social na formação dos seus educandos. Embora confesse uma fé, ela não pode estar desassociada do contexto histórico social que está inserida. Cabendo a ela a educação, a formação e a transformação do cotidiano, espera-se que além do dado religioso/moral ela oriente os que lhes foram confiados em princípios éticos onde todos e todas se sintam incluídos, respeitados e dignamente ouvidos/as. Uma pedagogia onde se vivência o ocultismo de gênero (pedagogia do armário) e da diversidade dos sujeitos/as causam inúmeras marcas de violência. Conforme David Córdoba García em seu texto denominado “Teoría queer: reflexiones sobre sexo, sexualidade e identidad. Hacia una politización de la sexualidad” nos chama a atenção:

Los conceptos de «armario» o «estar en el armario», utilizados por la comunidad gay y lesbica, hacen referencia a un silencio impuesto por la norma heterosexual a una realidades que deben por imperativo resen'arse, en el mejor ele los casos, al ámbito de lo privado. :Mientras la heterosexualidad se expresa de fôrma pública en múltiples espacios, rituales, instituciones, las relaciones homosexuales carecen de esos espacios y prácticas). Pero este mecanismo de ocultación y silenciamiento és mucho más complejo de lo que pueda parecer :l simple vista. Por dos motivos: en primer lugar, porque la estrategia de silenciar estas realidades ha consistido, como ya he apuntado, en la producción de la figura estigmatizada del/la «homosexual», dándole por ello un tipo de visibilidad que, aunque impuesta y gestionada por las instancias normativas cual implica su construcción en términos negativos), ha supuesto la posibilidad de la reapropiación y rearticulación de sus significados por parte de los sujetos marcados por esas imágenes. En segundo lugar, porque el silencio impuesto se conviene en imperativo de confesión en múltiples ocasiones, en las cuales o .bien la homosexualidad es hecha pública desde el poder enmarcada en un contexto de escándalo , o bien se culpabiliza al sujeto que ha mantenido el secreto frente a las instancias normativas (Sedgwick, apud GARCÍA, 2000, p. 51).

Contudo, não podemos deixar de ressaltar que em algumas instituições educacionais católicas, embora que de forma muito sutil e velada, existem alguns ensaios sobre a questão de gênero e sexualidade. Alguns currículos estão sendo revisitados a fim de garantir a todos e

todas o processo de inclusão acerca da diminuição das diferenças causadas pelo pensamento dominador heterossexual. Pensar um novo currículo e uma nova pedagogia que proporcione a todos e todas uma maior inclusão e reconhecimento é urgente. Novas posições e decisões precisam ser tomadas e norteadas a fim de que nossas crianças e jovens que se percebam fora dos padrões normativos tenham as mesmas possibilidades e ascensão social. Para que tudo isso fosse possível se faz necessário pensarmos uma pedagogia e um currículo que estivesse voltada para um novo processo de produção das diferenças, levando em consideração o outro e suas identidades (LOURO, 2001).

Construirmos uma política de identidade, como nos afirma Louro (2001), a fim de tornar a luta e conquistas um caráter libertador e de maior integração social, na construção das identidades é uma realidade desconcertante e inovador. Alguns jovens já começam a se reconhecer, perceber e se enxergar dentro do processo educativo e inclusivo como seres agentes de transformação. Essas experiências vão se consolidando na superação das desigualdades e das injustiças, gerando uma nova concepção de humanização a partir do fazer e do aprender político e das conquistas de sua cidadania e de seus direitos. Sair do anonimato, sentir-se SER (SENDENDO) em todas as suas possibilidades é posição central para o enfrentamento dos dias atuais.

A afirmação da identidade supunha demarcar suas fronteiras e implicava numa disputa quanto às formas de representá-la. Imagens homofóbicas e personagens estereotipados exibidos na mídia e nos filmes são contrapostos por representações ‘positivas’ de homossexuais. Reconhecer-se nessa identidade é questão pessoal e política. O dilema entre ‘assumir-se’ ou ‘permanecer enrustido’ (no armário – closet) passa a ser considerado um divisor fundamental e um elemento indispensável para a comunidade. Na construção da identidade, a comunidade funciona como o lugar da acolhida e do suporte – uma espécie de lar. Portanto, haveria apenas uma resposta aceitável para o dilema (repetindo uma frase de Spargo, to come home, of course, you first had to ‘come out: para fazer parte da comunidade homossexual, seria indispensável, antes de tudo, que o indivíduo se ‘assumissem’, isto é, revelasse seu ‘segredo’, tornando pública sua condição. (LOURO, 2001, p. 243).

Leonardo Boff em “A comunhão trinitária: base para uma libertação social e integral” impulsiona a toda comunidade católica, inclusive a área educacional, a pensar que:

Também é importante ressaltar que os direitos humanos nos apontam que as diferenças devem ser tratadas com respeito, sem discriminação de gênero, relacionados a sexualidade e sem discriminação de raça, cor ou etnia. A igreja não é um ambiente que não tem relação com a sociedade, por isso, não se pode negar a



questão da diversidade sexual, racial e as relações entre gêneros em nosso meio (BOFF, 1986, p. 181).

Tendo a escola como um dos aparatos mais eficazes no controle da sexualidade e dos corpos como nos afirma a pesquisadora Louro em seu livro *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (1997), tudo que foge dessa normatividade heterossexual, será tratado pela escola como aberração e fora dos padrões aceitáveis da religião e da sociedade. Já que os currículos tendem a legitimar a essa prática gerando assim violências e preconceitos na sua prática educativa e consequentemente no seu cotidiano.

Há uma urgência na superação da dicotomia no campo sexual da heteronormatividade sobre o masculino e o feminino, numa abertura de possibilidades a todos seres humanos, rompendo na verdade o que a sociedade heterossexual já havia pré-estabelecido como funções, esquemas e características dos gêneros levando em consideração que o contato com o outro como esse se percebe reduz as diferenças e fortalece as relações de gêneros e diversidade. Hoje precisamos evitar, romper e superar a visão simplória e simplista do “natural” como algo já pré-estabelecido por Deus ou pela sociedade dominante, vejamos nas palavras de Beatriz Preciado:

Os papéis e as práticas sexuais, que naturalmente se atribuem aos gêneros masculino e feminino, são um conjunto arbitrário de regulações inscritas nos corpos que asseguram a exploração material de um sexo sobre o outro. A diferença sexual é uma heterodivisão do corpo na qual a simetria não é possível. O processo de criação da diferença sexual é uma operação tecnológica de redução que consiste em extrair determinadas partes da totalidade do corpo e isolá-las para fazer delas significantes sexuais. Os homens e as mulheres são construções metonímicas do sistema heterossexual de produção e de reprodução que autoriza a sujeição das mulheres como força de trabalho sexual e como meio de reprodução. Essa exploração é estrutural, e os benefícios sexuais que os homens e as mulheres heterossexuais extraem dela, obrigam a reduzir a superfície erótica aos órgãos sexuais reprodutivos e a privilegiar o pênis como o único centro mecânico de produção de impulso sexual (PRECIADO, p. 26).

A escola também é geradora de violências e preconceitos sociais, racial, sexual entre muitos no que se refere às pessoas LGBTQ+, quando não as incorporam ao processo educativo como sujeitos/sujeitas, cidadãos/cidadãs. Algo muito comum que faz parte do universo homossexual e muitas vezes até aceitáveis por eles e elas. Aqui faço referência a todo tipo de violência, não só a física, mas principalmente a opressão causada pelo medo e pela afirmação de superioridade das relações homem/mulher e seus status.



Esses tipos de violência e preconceito são sempre bem velados e silenciosos, ocultando e reproduzindo tais agressões que se manifestam desde a normatização do discurso, práticas e até “piadinhas” que oprimem e colocam as pessoas LGBTQ+ em situações de vexame e risco acirrando assim as desigualdades e diferenças entre os gêneros numa justificativa das várias formas de exploração do outro e no roubo de sua cidadania. Em outras palavras a escola corrobora com o ocultismo das pessoas LGBTQ+ e com isso, com todo tipo de violência e preconceito quando não as vislumbram em seus currículos, processos e vivências educacionais como uma realidade a ser contemplada, respeitada e levada em consideração. Visto que a escola hoje é (e não deveria ser) reprodutora de modelos heteronormativos por ela aprendido desde antes, a mesma vai aos poucos perdendo sua função transformadora e social e assumindo para si a função meramente reprodutiva e conceitual de educação.

Não podemos dizer que será algo fácil a ser superado pelas instituições de ensino, porem nada impossível. É um convite às escolas católicas a abrissem à amplitude e multiplicidade das diversidades encontradas nos gêneros e em suas diferentes formas de expressão e sexualidade garantindo assim lugar para todos e todas no espaço escolar.

REFERÊNCIAS

BENTO, Berenice. **Na escola se aprende que a diferença faz a diferença.** Estudos feministas, Florianópolis, 2011.

BOFF, Leonardo. **A comunhão trinitária: base para uma libertação social e integral.** A Trindade e a sociedade. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

BUTLER, Judith. **Problema de gênero: feminismo e subversão da identidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FRANCISCO, Papa. **Exortação Apostólica Evangelii Gaudium.** Vaticano, 2013.

FISCHER, Maria Rosa Bueno. **Foucault e a análise do discurso em Educação.** Caderno de pesquisa, nº 114, 2001.



GARCÍA, David Córdoba. **Teoria queer: reflexiones sobre sexo, sexualidade e identidade. Hacia una polarización de la sexualidade.** In: CÓRDOBA, DAVID SÁEZ, Javier; VIDARTE, Paco (org.) *Teoria queer: políticas bolleras, maricas, trans, mestizas.* 2ªed, Espana: Egales editorial, 2007.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Pedagogia do armário: normatividade em ação.** Revista Retratos da Escola. Brasília: 2013.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação.** Estudos feministas: 2001.

MACHADO, Maria das Dores Campos. **O discurso cristão sobre a “ideologia de gênero”.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, 2018.

MENDONÇA, Amanda André. **Projetos para a Educação Brasileira: Da Retórica Conservadora ao Pânico Moral.** Revista Communitas, V2, Edição especial: conservadorismo:políticas e educação, 2018.

PORTINARI, Denise. **O discurso da homossexualidade feminina.** SP: Brasiliense, 1989.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual: práticas subversivas de identidade sexual.** São Paulo: n-1 edições, 2014.

RAMÍREZ, Fidel Mauricio; LÓPEZ, Maricel Mena. **Espiritualidad y diversidad sexual, desafios para uma pastoral LGBTI+.** En: Experiências de diversidade afetivo-sexual e de gênero: perspectivas de diálogo. Metanoia Editora, Brasil, 2021.

Sagrada Congregação para a Educação Católica. **A escola Católica.** Vaticano, 1977.



SILVA, Felipe Antônio Ferreira da. **A pedagogização do gênero na escola.** Fernando da Silva Cardoso, Luísa Vanessa Carneiro da Costa, Roberta Raysa Silva de Mendonça (organizadores). Gênero: ensaios para a reflexão de questões teóricas e epistêmicas. São Paulo: Pimenta Cultural, 2021.

